

JOGO ENTRE “PARENTES”, OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO DO CORPO, ESPORTE E LAZER INDÍGENA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

GAME BETWEEN “RELATIVES”, THE PROCESSES OF BODY EDUCATION, SPORT AND INDIGENOUS LEISURE IN BRAZIL: REFLECTIONS FROM THE GAMES OF INDIGENOUS PEOPLE

JUEGO ENTRE PARENTES, LOS PROCESOS DE EDUCACIÓN DEL CUERPO, DEPORTE Y OCIO INDÍGENA EN BRASIL: REFLEXIONES A PARTIR DE LOS JUEGOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Beleni Saléte Grando*
beleni.grando@gmail.com

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: GRANDO, B. S. Jogo entre “parentes”, os processos de educação do corpo, esporte e lazer indígena no Brasil: reflexões a partir dos jogos dos povos indígenas. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 34, p. 36-58, jan/abr.2015.

RESUMO: Ao contextualizar as relações históricas entre os povos indígenas e a sociedade não indígena, a partir de Mato Grosso, o diálogo com as experiências e com a literatura a fim de refletir sobre como um evento esportivo, pautado no espetáculo e na competição, pode dar visibilidade a outras formas de mediação intercultural e nos ensinar sobre outras formas de conviver na diversidade. O futebol, como prática social, vem sendo apropriado como uma linguagem intercultural que coloca em relação os povos indígenas e a sociedade não indígena, ao ser ressignificado por outras lógicas que levam ao encontro com os “parentes”. Os processos de mediações interculturais, mesmo em práticas sociais pautadas na lógica dos eventos esportivos, dão visibilidade à diversidade étnica e cultural brasileira, marcada por outras formas de ser e viver coletivamente, mesmo em contextos multiétnicos, organizados pela lógica capitalista que orienta as competições esportivas no país.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Mato Grosso. Educação Intercultural.

ABSTRACT: To contextualize the historical relations indigenous people and non-indigenous society, from Mato Grosso, dialogue with the experiences and the literature to reflect on how a sporting event, based on spectacle and competition, can give visibility to other forms of intercultural and teach us about other ways of living together in diversity mediation. Football as a social practice has been appropriate intercultural language that links indigenous and non-indigenous society, to be reframed by other logics that lead to encounter with

“relatives”. The processes of intercultural mediation, even in social practices based on the logic of sporting events, give visibility to Brazilian ethnic and cultural diversity, marked by other ways of being and living together, even in multiethnic contexts, organized by the capitalist logic that guides the sports competitions in the country.

KEYWORDS: Indigenous Peoples. Mato Grosso. Intercultural Education.

RESUMEN: Al contextualizar las relaciones históricas entre los pueblos indígenas y la sociedad no indígena, a partir del estado de *Mato Grosso*, el diálogo con las experiencias y con la literatura a fin de reflexionar sobre cómo un evento deportivo, basado en el espectáculo y en la competición, puede dar visibilidad a otras formas de mediación intercultural y enseñarnos sobre otras formas de convivir con la diversidad. El fútbol, como práctica social, ha sido apropiado como un lenguaje intercultural que pone en relación los pueblos indígenas y la sociedad no indígena, al ser replanteado por otras lógicas que llevan al encuentro con los “parentes”. Los procesos de mediación interculturales, mismo en prácticas sociales guiadas por la lógica de los eventos deportivos, dan visibilidad a la diversidad étnica y cultural brasileña, marcada por otras formas de ser y vivir colectivamente, mismo en contextos multiétnicos, organizados por la lógica capitalista que orienta las competiciones deportivas.

PALABRAS CLAVE: Pueblos indígenas. Mato Grosso. Educación Intercultural.

* Professora pesquisadora da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma instituição e coordenadora do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura – COEDUC/CNPq.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os dados do Censo do IBGE de 2010 apresentam a população indígena constituída por 896.917 pessoas que se identificam diferentemente por 305 etnias e falantes de 274 línguas. Essa população que compõe a sociedade brasileira, cujas expressões linguísticas se diferenciam da língua nacional, também tem, em cada comunidade, distintas formas de produzir a vida coletiva. Cada contexto cultural é marcado pelas relações ambientais e sociais historicamente vividas pelos diferentes grupos, tanto referentes ao próprio povo (grupo étnico) quanto às relações com outras etnias ou grupos diversos da sociedade não indígena. Com isso, podemos compreender que são distintas as formas de produção dos corpos e suas práticas corporais, visto que dependem das possibilidades de mediações que cada grupo vivenciou em sua história coletiva e que, na atualidade, os identifica e os diferencia de outros “parentes” (expressão utilizada pelos indígenas quando se referem a um indígena de outra etnia).

Embora expressem somente 0,4% da população brasileira, esses brasileiros vêm acumulando historicamente uma demanda reprimida de políticas específicas, marcada pelo preconceito em relação às suas formas de viver, especialmente por representarem o vínculo com territórios, que, desde sempre, são alvo dos interesses econômicos com fins de lucro e exploração de toda ordem. Nesse processo, essas pessoas se organizam tanto nas cidades, que inclusive são em sua maioria antigos territórios indígenas¹, quanto em contextos não urbanizados, cujas lutas cotidianas necessárias, travadas com a sociedade nacional, buscam assegurar os direitos de cidadania não respeitados na maioria das vezes.

Com essa marca social, a população é marginalizada em relação aos direitos constitucionais, entre os quais está o direito às políticas específicas e diferenciadas que reconheçam suas formas de produzir a vida, com saberes e práticas coletivas de viver o tempo do trabalho e o tempo livre. No entanto, as comunidades buscam se organizar a fim de garantir processos educativos próprios que possibilitam às gerações mais jovens a identificação como Bororo, Xavante, Tapirapé, Bakairi, Chiquitano, ou seja, uma identidade com seus ancestrais: clânica, étnica, histórica e, portanto, territorial, o que implica reconhecer onde viveram e vivem e como isso se dá em função das relações históricas com outros povos indígenas e com os colonizadores de ontem e de hoje.

As demandas de políticas para a educação, para a saúde e para o acesso aos demais bens sociais dos cidadãos brasileiros não chegam da mesma forma a todos os povos. Neste texto, buscamos evidenciar quais as estratégias que foram se consolidando nas relações entre os indígenas

¹ Muitas aldeias se transformaram em cidades, algumas ainda com remanescentes de aldeamentos presentes nos bairros mais antigos, outras em pontos de paragens ou em roças, portanto, se nos pautarmos na ideia de que os indígenas estão “invadindo as cidades” cometemos um equívoco, pois muitos estão retornando aos seus territórios tradicionais, lugares nos quais a memória remete aos ancestrais e aos mitos de origem. Cuiabá é um exemplo disso, território do Povo Bororo.

² Cabe ressaltar que, neste texto, usaremos as aspas para pontuar a necessidade de relativizarmos os termos, uma vez que não estaremos aprofundando conceitos como cultura ou "cultura dominante" na sociedade brasileira, uma vez que o que nos interessa é destacar que a tensão entre as diversas culturas indígenas e entre estas e as diversas culturas das comunidades não indígenas, vilarejos e cidades com as quais fazem fronteira territorial nos municípios do estado (umas com predominância da cultura nordestina, goiana, gaúcha, outras marcadamente paulistas, mineiras, pantaneiras etc.), está presente e é dinâmica, ora se relacionando com mais respeito e reconhecimento, ora com maior oposição e preconceito. As disputas pela terra, pelos direitos constitucionais, pela educação e saúde, entre outras tensões presentes no acesso à cidadania – também negada a muitos outros grupos minoritários desses municípios –, evidenciam que os conflitos interétnicos e interculturais são, ao mesmo tempo, mobilizadores de resistências e assimilação parcial de algumas práticas sociais estranhadas.

e o estado brasileiro para o acesso ao esporte e ao lazer, especialmente para a população cujo tempo de contato e a invasão de seus territórios evidenciam uma relação mais próxima à "cultura nacional/brasileira"².

Nessa direção, a saúde e a vida saudável, presentes em programas de esporte e de lazer, não são ainda acessíveis a essa população. As investidas sobre seus territórios, desde a chegada dos portugueses, e a atual "cultura capitalista" envolvem jovens e crianças que acabam expostos às situações de vulnerabilidade social.

Cabe, neste momento histórico, conhecer a realidade e as expectativas dos indígenas, a fim de, em diálogo com esta diversidade, levantar as reais demandas e possibilidades de atendimento, por meio de Políticas Públicas específicas de esporte e lazer. Esse direito constitucional é, ainda, afetado pela cultura autoritária e preconceituosa que se impõe a esses grupos, especialmente sobre os 324.834 indígenas que vivem nas mais diversas situações em cidades brasileiras, inviabilizados em suas culturas e formas de manifestação de identidades específicas, reforçando, ainda mais, os processos de exclusão social a que estão destinados desde a chegada do colonizador nas proximidades de suas casas.

Sobre essa relação de invasão permanente, podemos trazer a atual história vivenciada pelos Chiquitano na Aldeia Vila Nova Barbecho, região de Cáceres-MT, onde o fazendeiro luta para manter, com apoio dos governantes e políticos do Estado de Mato Grosso, "como sua" a terra já declarada judicialmente como do povo Chiquitano. Além dos tratores que impedem as roças, impede-se que tenham o acesso à água potável. É uma realidade que perdura, como em Mato Grosso do Sul, cuja guerra aos indígenas na região de Dourados é desumana e tem provocado mortes cotidianamente. Assim, muitos direitos constitucionais que cabem ao Estado brasileiro garantir aos seus cidadãos não chegam a ser sequer reconhecidos como direitos aos povos nativos deste país.

Esta luta, no entanto, não é uma luta de conformados; ao contrário do que busca preconizar a visão colonialista, os povos indígenas do Brasil sempre foram estrategistas no enfrentamento de suas lutas cotidianas com o invasor de seus territórios, mesmo quando as armas davam ao colonizador a distância do diálogo e da negociação, buscaram mediações nas relações com o ambiente e o homem, a fim de garantirem as mínimas condições de manter a vida coletiva de suas famílias e de suas comunidades ampliadas. Atualmente, temos visto comunidades indígenas ressurgirem do silêncio de anos em espaços de conflitos de terras e reivindicarem suas identidades: um recuo aparente da luta para nela se fortalecer.

Essa mediação política histórica em busca do reconhecimento de seus territórios nada tem em comum com a lógica mercantilista com a qual a sociedade se reconhece. A política é sempre marcada por sentidos e significados

³ O termo parente significa indígena como nós e é utilizado pelos indígenas na luta coletiva pelo reconhecimento a suas especificidades de luta e direitos em relação aos demais não indígenas.

que são muito diferentes dos habituais na “cultura ocidental”, são pautadas em construções coletivas diferentes das “democracias” que produzimos na nossa sociedade, como a que vemos nas redes tecidas para dar sustentação à participação de diversos “parentes³” em um evento esportivo.

Com essa introdução, evidenciamos que, para atendermos a uma demanda específica dos povos indígenas, temos que considerar muitas variáveis e que os processos de organização não se pautam em relações homogeneizadoras, pois as demandas não são as mesmas para todos os grupos ou etnias. Uma das questões que devemos considerar é, inclusive, o fato de termos um mesmo grupo étnico vivendo histórias muito distintas em relação ao território e à proximidade com a sociedade envolvente.

Com isso, reforçamos que, para atendermos à demanda de esporte e lazer dos povos indígenas do Brasil, mesmo que seja em um evento esportivo com perspectiva de ser nacional, as suas formas de mobilização e organização não seguem as orientações dos demais jogos esportivos.

Considerando essa realidade complexa e diversa, podemos afirmar que são distintas as formas de se organizar um evento nacional, mesmo quando este se constitui também com rituais ocidentais que orientam os eventos esportivos nos moldes das Olimpíadas da era Moderna.

Assim, nesse texto, buscamos refletir como a população indígena vem sendo atendida a partir de um evento esportivo nacional cuja construção histórica tem dinâmicas que diferem dos demais eventos, mas que, em certa medida, é influenciada por eles, como parte de uma política de integração nacional que busca eliminar as formas diferenciadas de ser e viver na sociedade capitalista atual.

Nosso foco é a análise dos Jogos dos Povos Indígenas, criados e promovidos pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), com o apoio institucional e político do Governo Federal, que atua na articulação de diferentes órgãos e instâncias governamentais para viabilizar os recursos para a realização dessa demanda. Apesar de ser uma iniciativa considerável e este ser um espaço de atendimento aos povos indígenas, às políticas públicas para o esporte e ao lazer do Brasil, essa ação não atende à diversidade das demandas das comunidades indígenas que vivenciam, em seu cotidiano, diferentes realidades em relação aos seus direitos constitucionais pela terra, pela educação, pela saúde, e, portanto, também pelo esporte e pelo lazer.

O apoio financeiro aos Jogos dos Povos Indígenas é fundamentado no Art. 231, Capítulo VIII da Constituição Federal, que assegura: “[...] são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (BRASIL, 1988); e este artigo está em consonância com a Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, em seu Art. 47, que defende “[...] o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão” (BRASIL, 1973). O Art. 217, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil, assevera a “[...] proteção

e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional” (BRASIL, 1988) e, ainda, o Art. 31 da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas afirma que os povos indígenas “[...] têm o direito a manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais, esportes e os jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas” (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 16).

Assim, para compreender como esse evento nacional chegou, em 2013, à sua 12ª edição, vale recuperar brevemente o processo histórico que o criou.

Em 1980, Carlos e Marcos Terena, dirigentes da Organização Não Governamental “Comitê Intertribal” (ITC), idealizaram a realização das “Olimpíadas Indígenas”, no sentido de agregar valores dos esportes tradicionais indígenas, já que, até então, nenhum trabalho nesse sentido fora realizado de forma oficial. Esse movimento se efetivou somente em 1996, com a criação do Ministério Extraordinário dos Esportes e Turismo, que apoiou os irmãos Terena na criação de um evento esportivo que daria visibilidade aos povos indígenas do país. Este apoio viabilizou a realização do “I Jogos dos Povos Indígenas”, isto é, a primeira ação em nível de Governo Federal que viabilizou um evento esportivo nacional cujo protagonismo tenha sido de representantes indígenas para os povos indígenas, pondo em pauta seus direitos constitucionais. (FERREIRA, 2010; TERENA, 2010; 2011; VÁSQUEZ, et alli, 2014).

O então Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (INDESP), em parceria com o ITC, realizou os trabalhos de planejamento de custos e recursos financeiros para realização da primeira edição do evento. Assim, em Goiânia-GO, foram realizados os Jogos dos Povos Indígenas, com 24 etnias e cerca de 400 participantes.

Ao recuperarmos o processo histórico desse evento, buscamos compreender como este expressa uma luta histórica pela visibilidade dos povos indígenas ao mesmo tempo em que pauta, no contexto atual, a ausência de políticas específicas para esta parcela da população que tem demandas muito diversificadas; afinal, cada comunidade (aldeia) se constitui de forma diferente na atualidade devido aos condicionantes históricos, políticos e socioeconômicos vivenciados com os não indígenas da sua região territorial, ou seja, conforme onde vive e há quanto tempo as relações com os colonizadores se estabeleceram. As situações vivenciadas em cada comunidade expressam formas de organização coletiva diferentes, conforme a relação imposta nos conflitos pela luta por seus territórios tradicionais, por exemplo: vivem em territórios demarcados para seu próprio povo; em territórios “partilhados” com outros grupos étnicos; em conflito acirrado com posseiros, políticos e fazendeiros; em seus antigos territórios transformados em cidades, onde vivem nas condições de indígenas “da cidade”, entre outras formas de serem “urbanos ou não”.

⁴ As delegações indígenas se constituem de um grupo étnico específico que se reúne para participar dos Jogos dos Povos Indígenas como convidados de Carlos Terena. Estas podem compor pequenos grupos ou até o número de 40 pessoas, conforme o número de poltronas do ônibus que os translada. No entanto, neste há sempre representantes culturais para as cerimônias e apresentações e “atletas”, que tanto podem ser jovens que participam dos esportes não indígenas ou anciões que participam de jogos que dependem de técnicas corporais tradicionais. Uma delegação traz homens e mulheres de várias idades (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso).

⁵ Barth (1969) dá o conceito de “fronteiras culturais” para os espaços interétnicos como espaços fluidos em que diferentes formas de ser se relacionam, se identificam e se diferenciam. Ao apropriar desse conceito para compreender as relações entre indígenas e não indígenas no Brasil, Tassinari afirma que essas fronteiras são “[...] espaços de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaços de incompreensões e de redefinições identitárias dos grupos envolvidos nesse processo, índios e não índios” (2001 apud GRANDO, 2004, p. 31).

⁶ Entrevista concedida durante os IX JOPIN, realizado em Recife, em 2007. São ainda referências as entrevistas publicadas: TERENA, 2010; 2011.

Ao acompanhar algumas edições deste evento nacional, compreendemos que, ao reunir mais de 20 etnias diferenciadas em cada encontro – embora seja influenciado diretamente pela cultura olímpica, cuja lógica do esporte ocidental direciona parte de seus rituais e das formas de organização das competições esportivas nele presentes –, ele proporciona outros sentidos e significados, portanto, outras lógicas de participação e vivência de esporte e lazer que não são pontuadas somente na mesma lógica das competições esportivas, mas também se constituem de elementos interculturais e interétnicos impostos pela presença das “delegações indígenas”.

Assim, buscamos evidenciar, neste texto, as formas de esporte e lazer presentes nos Jogos dos Povos Indígenas e os apresentamos como um espaço de “fronteira interétnica e intercultural”⁵, na qual são viabilizadas formas de amenizar relações de exclusão às quais são submetidos os indígenas brasileiros por suas diferentes formas de ser e identificar-se.

TECENDO A REDE DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

A ideia dos Jogos dos Povos Indígenas nasceu, conforme explicita Carlos Terena⁶, de sua paixão pelo futebol, pois, como atleta, organizou um grupo de alunos indígenas que viviam em Brasília para formarem a Equipe “Kurumim”, nome dado ao time constituído por jovens Terena, Karajá, Bakairi, Xavante e Tuxá. Esse grupo, em 1979, participou de um grande jogo em Brasília, que lhe deu visibilidade e possibilitou a participação em vários eventos esportivos nacionais, inclusive o grande privilégio de jogar no Maracanã. O Maracanã é considerado o maior estádio de futebol do mundo, pois foi construído para abrigar 200 mil pessoas e, mesmo após ter passado por várias reformas e, com isso, ter reduzido sua capacidade de público, leva a marca histórica de maior público desde 1950, quando adquiriu esse título durante o jogo de final da Copa do Mundo entre Brasil e Uruguai. Assim, jogar na mais famosa e mítica “Arena de Futebol” no país da bola é algo que dá reconhecimento a qualquer time e marca emocionalmente todos os jogadores e torcedores que nele adentram. Ao lembrar-se do jogo no Maracanã, traz a memória do reconhecimento dos jovens indígenas do “Kurumim” quando participaram dos Jogos Escolares Brasileiros – XIV JEB, em 1985. A saída desse time do JEB se deu em 1991, segundo a memória de Terena, pela pressão dos técnicos dos outros times.

Após dar início ao movimento de construção das “Olimpíadas Indígenas” em 1980, Carlos nos informa que já com apoio governamental, em 1996, realizaram o sonho dos jogos com apoio político do Ministro Extraordinário de

Esportes e Turismo (Pelé), na cidade de Goiânia/GO. Deste evento que ganhou repercussão na mídia esportiva nacional e internacional, participaram 25 etnias e 400 atletas.

Com a presença marcante do Pelé, o futebol teve grande destaque como prática que integrava os indígenas à cultura nacional. A identificação do futebol como esporte nacional e a vibração dos indígenas com este esporte são uma forma de manifestação de sua brasilidade, sendo este o principal veículo de comunicação entre indígenas e não indígenas, nos jogos esportivos de norte a sul do país, cujo “diálogo respeitoso” com o Outro se dá de forma menos preconceituosa.

Os II Jogos dos Povos Indígenas (JPIN) se realizaram com a mobilização de 31 etnias e 600 “atletas”. Neste, participaram grupos indígenas que não tinham familiaridade com o esporte, como os cinco Matis do Amazonas, que tinham neste período somente 19 anos de contato com os não indígenas. Este segundo evento nacional foi realizado em 1999, em Guará, no Paraná. É interessante destacar que, em 2013, ao entrevistarmos os Matis que estiveram nos Jogos de Cuiabá, somente um jovem que falava bem o português se considerava atleta, no entanto, os mais velhos estiveram abrilhantando o evento com seus rostos marcados com ornamentos muito distintos de todos os demais indígenas e apresentando sua *performance* no uso de sua principal “arma”, a zarabatana. Nos JPIN de Tocantins, segundo relataram, o avião não permitiu que transportassem tal instrumento, mas, em Cuiabá, estavam felizes por poderem apresentar-se na Arena com sua arte-jogo.

Os JPIN são previstos para serem realizados bianualmente, mas essa periodicidade não é mantida, pois há toda uma demanda de negociação que antecede a organização do evento que, a cada nova edição, traz desafios a serem superados com mediações políticas cada vez mais complexas com os gestores públicos, políticos locais e, como se evidenciou neste último, os interesses e as negociações dos próprios indígenas organizadores.

Em 2000 – portanto, no ano seguinte ao evento anterior –, foram realizados os III JPIN em Marabá, no Pará, com a participação de 34 etnias e 800 “atletas”. Nesse evento, o líder do grupo de Xavante que participava desde o primeiro evento, cujo time de futebol se consagrou campeão, comunicou que os “atletas” não participariam dos jogos, alegando que, se somente os mais velhos jogassem, oportunizariam aos “parentes” (outros grupos indígenas) chegarem ao final da competição como vencedores.

As competições preveem infraestrutura e organização que atendam às demandas de cada evento esportivo e garantam a participação de grupos convidados, e cada grupo tem uma especificidade a ser atendida para participar. Com isso, a organização do evento é influenciada também pelos gestores locais. E estes, por sua vez, mobilizam vários grupos de trabalho que garantem o sucesso do encontro interétnico e intercultural: bombeiros e policiais, enfermeiros

⁷ Entrevista concedida durante a realização dos IX Jogos dos Povos Indígenas, gravada em áudio 1h15min, em Recife-PE, 2007, como parte da coleta de dados para assessorar o Ministério do Esporte na Avaliação dos JOPIN, pela comissão constituída por Leila Mirtes Pinto, Marcos Terena, Carlos Terena e Geremias Xavante. Os resultados do registro da avaliação foram publicados em Pinto e Grando (2010).

e médicos, professores que auxiliam nas orientações e organizações das competições, entre outros. Uma equipe multidisciplinar (com profissionais e instituições dos estados e municípios) se estrutura para garantir a segurança dos convidados no local do evento e nos espaços de realização das provas de natação, canoagem, corrida de rua, entre outras.

Os IV JPIN aconteceram em Campo Grande/MS, em 2001, com a participação de 29 etnias e 470 “atletas”; o seguinte, V JPIN, em Marapanim/PA, em 2002, registrou 62 etnias e 1.100 “atletas”; em 2003, os VI JPIN aconteceram em Palmas/TO, e, segundo Carlos Terena (2007⁷), participaram 60 etnias e 1.000 “atletas”. Esse último evento marcou a memória de Carlos com a decisão inédita de três “atletas” indígenas que empataram em primeiro lugar e decidiram acabar assim, sem novas disputas para o segundo lugar. Eles não estavam ali para competir, pois eram “irmãos”. Em 2004, os VII JPIN, realizados em Porto Seguro/BA, contaram com a participação de 53 etnias e 1.200 indígenas.

Os poucos registros que garantem a memória dos JPIN evidenciam as mediações dos próprios indígenas participantes, que contribuem recriando formas de organizar e significar suas representações étnicas, modificando as formas de competições esportivas com novas regras estudadas e introduzidas a fim de amenizar as disputas e promover uma interação mais solidária durante o evento. Essas influências se estabelecem especialmente porque nos eventos esportivos são convidadas as lideranças que organizam suas delegações para o evento; e estas têm como demanda garantir que haja uma participação reconhecida e valorizada pelos próprios “parentes”. Assim, a cada evento, os indígenas, que não tinham tanto domínio da língua materna por conta das demandas socioeconômicas e culturais do local em que vivem, passam a dar novos significados a suas práticas corporais e a valorizar os saberes e as práticas tradicionais para “fazer bonito” e expressar melhor a sua identidade étnica específica, diferente dos demais “parentes”.

Neste movimento, os JPIN tornam-se motivadores para a autoestima dos mais jovens e promovem uma resignificação dos saberes tradicionais, pois buscam aprender com os anciões para serem mais bem vistos pelos “parentes”, como relata Tehaluna Karajá, entre outros líderes que acompanham os jovens nesse evento (Entrevista concedida durante os IX JOPIN, 2007).

Observamos que jovens que vão pela primeira vez ao evento não levam seus corpos tão ornamentados, pois têm o modelo do esporte em mente, já que vão como atletas. No entanto, ao ver os demais povos se apresentarem com suas culturas, cantos, danças, ornamentos etc., retomam suas culturas, buscando os velhos da comunidade para “fazer bonito” nos jogos. Afinal, para os indígenas, ser bonito ou “fazer bonito” é muito distinto do expresso na cultura de massa que evidencia os corpos a partir de padrões físicos

mediáticos. Para cada povo, esse padrão estético está relacionado com valores morais e éticos, diretamente vinculados aos processos de educação do corpo que se vive nos momentos ritualizados, ou processos de “fabricação” da pessoa. Mesmo que, em 2013, tenha sido proposto e realizado, pelos organizadores do ITC, um desfile das meninas mais bonitas dos povos participantes, os padrões estéticos não foram, necessariamente, o padrão de beleza nacional, mas um padrão pautado nos valores do que significa uma mulher autêntica e mais bela para cada povo, um padrão mais homogeneizador.

Em estudos anteriores, compreendemos que, quando se trata de quesitos visíveis apresentados pelo corpo físico, a beleza está relacionada a valores considerados importantes para as relações com o grupo, como generosidade entre os Bororo e alegria entre os Mehinaku. A beleza, no sentido étnico, para cada povo indígena está relacionada às dimensões da vida coletiva e dos contextos específicos de cada grupo étnico. Os corpos indígenas são construídos, fabricados, por uma dinâmica da cultura que relaciona o mundo material com outras dimensões dos mundos que compõem cada cosmologia indígena, o que significa, inclusive, que a beleza se estabelece em harmonia com o mundo sobrenatural.

Assim, a beleza dos “atletas” nos Jogos Indígenas é produzida muito longe do local do evento, mas resulta de uma *performance* que se adquire na própria cultura, passando por um processo de aprendizagem específico com as autoridades de seu povo e obedecendo aos critérios tradicionais considerados fundamentais para a formação de uma boa pessoa, integrada àquela sociedade específica.

A noção de utilidade caracteriza a noção de técnica; a noção (relativa) de ausência de utilidade caracteriza a noção de estética: o fato estético é sempre representado no pensamento das pessoas sob uma forma de jogo, de redundância, de luxo. [...] A estética contribui para a eficácia, assim como os ritos [...] existe sempre um elemento de arte e um elemento técnico em todo o objeto de culto. (MAUSS, 1993 apud GRANDO, 2004, p. 60).

Nos JPIN, articulam-se práticas corporais próprias de alguns povos com esportes da cultura ocidental urbana. Promovem-se competições de arco e flecha, arremesso de lança, canoagem, cabo de força, corrida de tora, corrida de velocidade e resistência, natação e futebol. As lutas são específicas cujas técnicas e regras são apresentadas sem competição, assim como alguns jogos demonstrativos: jikunahati, hipipi, katulaywa, jawary, tihimore, rōkran, peikran, kagót, insistró, jãmparty, akô, zarabatana, meomkey, mentabenreré, tumutitekré e háwanri. Assim, as práticas corporais indígenas vivenciadas pelas competições ou pelas apresentações de cada grupo indígena se constituem em

um espaço de socialização e evidenciam formas de comunicar identidades que ora se aproximam e se identificam, ora se diferenciam.

A preparação para os jogos, considerando essa diversidade, passa a ser também um critério de seleção dos participantes. Pois, além da participação dos esportes (não indígenas) como futebol e corrida, outras práticas que dependem de saberes tradicionais produzidos em um corpo específico (Bororo, Xavante, Karajá e outros) se produzem no cotidiano dos territórios. As técnicas corporais para cada prática presente nos JPIN resultam de uma construção que depende de vários fatores socioculturais que tem implicação, inclusive, nas formas como cada comunidade indígena sobrevive aos enfrentamentos da luta por seus territórios e garantias de alimentação da vida coletiva. Significa, por exemplo, compreender que a “modalidade esportiva” do arco e flecha não tem o mesmo sentido para todos que participam dela nos JPIN, já que o instrumento utilizado e a técnica corporal não são os mesmos. Ademais, salientamos que nem todos os indígenas do Brasil têm conseguido garantir práticas corporais tradicionais, pois estão vinculadas às formas de viver que são partilhadas com a sociedade envolvente que lhes nega o direito aos territórios tradicionais apropriados pela ganância que considera a terra como propriedade individual. As técnicas corporais resultam das práticas sociais e estas produzem as tecnologias a elas necessárias; assim, mesmo se todos conhecessem o arco e flecha como prática corporal, esta não seria a mesma, pois envolve uma relação direta com o contexto ambiental e com o uso dessa tecnologia na cultura.

Nessa dinâmica, a cada JPIN, as modalidades esportivas vão sendo aprimoradas, superando os limites dos eventos esportivos no molde olímpico inicialmente pretendido. Especialmente este é alterado pelo fato de que não pode ser realizado sem a fundamental participação dos anciões e líderes culturais de cada etnia participante. São homens e mulheres que não têm o perfil esportivo e que, no entanto, fazem do evento uma expressão mais “bonita” (no sentido já apresentado) da participação do seu povo no evento.

Retomando a sequência dos eventos realizados, em 2005, Fortaleza/CE realizou os VIII JPIN com a participação de 42 etnias e 1.300 indígenas. Nesse evento, pela primeira vez participam alguns representantes do povo Wai-Wai⁸ e um grupo de Enawenê-Nawê. Os Enawenê-Nawê, que usavam o mel para tomar água, surpreenderam os demais indígenas que passaram a vigiar os jovens desavisados para deixarem o mel para os “parentes”. Esse cuidado também se percebeu quanto ao peixe durante as refeições, pois alguns povos não comem carne e o respeito às tradições é um critério a ser seguido na organização do evento. Assim, essa dinâmica demonstra que há sempre processos de aprendizagens e ações que não são controláveis, nem se assemelham aos fatos e conflitos presentes nos demais

⁸ Quando um povo que ainda não participou é convidado, geralmente Carlos Terena que é fundador do ITC, funcionário da FUNAI em Brasília e responsável pela definição dos grupos indígenas que participam do JOPIN, convida uma liderança para conhecer o evento para, em um próximo momento, virem como grupo étnico participarem das celebrações e jogos. Os Wai-Wai foram à Fortaleza com alguns representantes para, no evento seguinte, em Recife, trazerem sua cultura pela primeira vez e não conseguiram chegar, conforme explicitamos a seguir.

eventos esportivos. Mas, os mesmos Enawenê-Nawê, que em 2005 foram tão cuidados com seus hábitos alimentares, em 2013 compraram cotidianamente Coca-Cola em lata, a preços elevados, no local do evento; para isso, entrando na lógica da comercialização dos seus artefatos, visivelmente sem compreenderem muito bem as relações entre o dinheiro e os custos de cada coisa vendida e comprada. Nesse evento, também ganharam o cabo de força, prova de força que, no encerramento, deu a eles a "vitória" na Arena. A festa de comemoração foi com dança e muita alegria, a demonstração de que, então, eram mais fortes que os demais "parentes" (que tinham corpos aparentemente mais fortes), pois, no conjunto dos participantes, os Enawenê-Nawê eram considerados pequenos em termos de estrutura física. Para comemorar, resolveram pegar a tora que havia sido utilizada por outros indígenas na competição da "corrida de toras" e correr pela Arena toda competindo entre si, um com cada tora, sem revezamento.

Com isso, podemos também perceber, ao acompanhar os JPIN, que estes influenciam as transformações culturais tanto no sentido de valorização e resgate de significados tradicionais das práticas corporais a ser apresentadas nesse mosaico de diversidade, em que a diferença é um dos critérios para participação do evento, quanto para padronizar práticas corporais que os integram a outros, indígenas e não indígenas, pois as alterações de hábitos alimentares e o uso do dinheiro como demanda para ser integrado à sociedade nacional os colocam em choque, provocando um profundo desequilíbrio com as lógicas internas de cada cultura. Somente o tempo dirá como se apropriarão do "viver na fronteira".

A partir de 2007, ficou mais evidente a participação dos gestores do Ministério do Esporte no sentido de dar voz e valorizar as formas específicas de realização do evento, respeitando sua legitimidade na organização dos irmãos Terena e criando uma diferenciação dos demais eventos esportivos. Nesse ano, em Recife e Olinda, foram previstas 40 etnias e 1.200 indígenas nos IX JPIN; em 2009, o X JPIN aconteceu em Paragominas/PA, com 33 etnias e 1.300 indígenas. E essa participação mais próxima dos gestores e o respeito ao processo diferenciado de organização dos JPIN levou o Ministério do Esporte a propor uma avaliação qualitativa do evento para melhor compreendê-lo e planejá-lo como parceiro. Assim, com a avaliação da IX edição, foi possível verificar que, embora o planejamento previsse 40 etnias, estiveram presentes apenas 26 e que nem sempre a não participação está pautada na falta de planejamento e de mobilização indígena e dos gestores que financiam o evento pelo Governo Federal, mas na cultura preconceituosa e autoritária dos gestores locais do evento ou dos demais participantes, como os empresários contratados para garantir o traslado dos indígenas de seus territórios e comunidades até o local do evento (PINTO; GRANDO, 2009).

Alguns empresários, mesmo ganhando as licitações feitas pelos governos locais, negam-se a transportar em seus ônibus indígenas, justificando que irão “sujar” os veículos; outros colocam veículos em péssimo estado de conservação, provocando inúmeras provocações durante o traslado, além de algumas situações de falta de alimentação e atendimento à saúde que ocorre nesses percursos, visto que levam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Um exemplo de como ocorrem estas ações que expressam o preconceito existente no país, enraizado nas formas de gerenciar o atendimento ao esporte para os povos indígenas, foi vivenciado em 2007, quando iriam começar os IX Jogos dos Povos Indígenas. Apesar da participação de representantes Wai-Wai estar prevista no projeto – que contava com o apoio financeiro do Ministério do Esporte, pautado em uma rede de sustentação política e econômica estabelecida com outros órgãos federais (Justiça, Cultura, Educação e Saúde) –, esta etnia foi boicotada do evento pelo então Governador de Pernambuco. Convidados pela Comissão Organizadora e com recursos previstos para subsidiar a vinda deles, os Wai-Wai, foram surpreendidos quando chegaram a Manaus para pegar o avião, depois de dias de viagem saindo de seu território na divisa do Brasil com a Venezuela, percorrido de barco e ônibus. O Governador determinou que não fossem liberadas passagens aéreas para os indígenas, pois considerou muito “gasto com índios” apenas para participarem de “jogos”. E mesmo com toda a mediação dos gestores do Ministério do Esporte que já se encontravam no local, não foi possível mudar o rumo dessa história.

Em 2013, os ônibus eram marcados com um papel impresso com o termo “A serviço da FUNAI”, pois os veículos destinados ao transporte dos indígenas em território nacional não cumpriam os critérios exigidos para transporte de pessoas nas rodovias do país. Essa declaração e permanente negociação dos organizadores com a Polícia Federal nas rodovias por onde circularam os indígenas para virem aos jogos e retornarem às suas comunidades, de norte a sul do Brasil, evidenciam como é negligenciada a “igualdade” de direitos dessa parcela da população quando se trata de acesso aos bens culturais de esporte e lazer, mas antes, ao direito de serem considerados brasileiros, cuja vida deve também ser pautada nas leis do transporte rodoviário e ao uso dos bens comuns para ir e vir como cidadãos deste país.

Esses fatos evidenciam que o investimento público para os povos indígenas sofre cortes visivelmente marcados por preconceito étnico-racial e pela cultura autoritária que permeiam as relações de poder que se sobrepõem a legislações e aos direitos humanos, pois, nas comissões locais, são as pessoas que acabam assumindo para si as responsabilidades e o poder de decisão que vai viabilizar os jogos, justificando-se em função dos limites das verbas disponíveis. Porém, a cada evento, é o ITC quem elabora e

garante a negociação dos recursos necessários assim como todo o controle da organização do evento e, nisso, o planejamento pautado em experiências anteriores fica no senso comum de que, no final, os indígenas convidados, como “guerreiros” que suportam tantas adversidades neste país, também o fazem durante os JPIN, superando os desrespeitos e garantindo a festa e a alegria dos participantes, pois o lema é “O importante não é competir, mas celebrar”.

Com isso, podemos observar que o preconceito está tão arraigado que sequer é percebido pelas pessoas que contribuem, muitas voluntariamente, para viabilizar esse grande espaço de intercâmbio interétnico. Concordamos com a afirmação de Candau (2003), também quando nos referimos aos jogos:

A tomada de consciência desta realidade, em geral, é motivada por fatos concretos que explicitam diferentes interesses, discriminações e preconceitos presentes no tecido social. Uma situação até então considerada “normal” e “natural”, se revela como permeada por tensões e conflitos, por relações de poder, historicamente construídas marcadas por desigualdades, estereótipos e preconceitos. Os “outros”, os diferentes se revelam em toda a sua concretude. Para muitas pessoas e grupos sociais esta descoberta é altamente ameaçadora. Surgem então comportamentos e dinâmicas sociais que constroem muros. [...] Portanto, a consciência do caráter multicultural de uma sociedade não leva espontânea e necessariamente ao desenvolvimento de uma dinâmica social informada pelo caráter intercultural. (2003, p. 7).

IX Jogos, do qual participamos no processo de produção de documento avaliador do evento a partir da sua leitura como ação governamental, foi o primeiro evento a produzir uma reflexão crítica como política pública para os povos indígenas, dando voz aos participantes e a todos os segmentos da organização. No entanto, as mudanças ministeriais não viabilizaram que esta produção pudesse dar sustentação para a superação de limites identificados durante a gestão de 2009 no evento de 2011, e não só não foi considerado como uma forma de ouvir as demandas indígenas, para a elaboração de políticas mais específicas e diferenciadas considerando a realidade de cada grupo no país, como também não provocou o atendimento dessa população com políticas de esporte e lazer, exceto por raras experiências localizadas.

DOS JOGOS À EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: CONFLITOS E POSSIBILIDADES PARA UMA NOVA PRÁTICA SOCIAL

Embora a organização dos XII JPIN demandasse um ano de reuniões preparatórias, a centralização das decisões

⁹ Temos pesquisa de acompanhamento ao atendimento de saúde e diagnosticamos os problemas durante o processo, apresentando os resultados em seminário temático realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT – 2014/2. Dados disponibilizados pelos Relatórios de Saúde para a Equipe de Coordenação e aos pesquisadores do COEDUC que participaram como apoio à equipe de saúde contratada pelo Governo de Mato Grosso. Os dados foram analisados e apresentados no Seminário Temático: Corporeidade, saúde e educação nos Jogos Nacionais Indígenas, na mesa-redonda: *A Saúde nos XII Jogos dos Povos Indígenas*, por Renata Medeiros, Adriane Freitas e Valdeci Meneses, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, sob coordenação dos docentes Beleni Grando e Darci Secchi, em 02/12/2013. (MATO GROSSO, 2013).

pelos organizadores do ITC não possibilitou que surgissem avanços pautados nas avaliações anteriores. Se, por um lado, buscou-se, por determinação do Ministério do Esporte, ampliar as instituições parceiras para garantir avanços (inclusive em termos de planejamento pautado no conhecimento científico); por outro lado, no momento de firmar as ações que garantiriam a organização local, foram abolidos todos os processos que aparentemente haviam sido consolidados entre os parceiros. A centralização e imobilização dos parceiros deixaram inúmeras brechas na organização que buscava ser a melhor de todas. Assim, ao contrário do que foi “sonhado” pelas relações institucionais previstas pelo Governo Federal, as negociações políticas pautadas pelos mentores do evento transformaram os JPIN de 2013 no pior acolhimento aos 48 povos, com 1.600 indígenas, de todos os tempos, no qual 1.400 pessoas foram atendidas por problemas de saúde⁹, pois até água potável faltou para suportar o calor cuiabano.

Logo, são as redes de sustentação simultaneamente às redes de poder que se estabelecem entre os parceiros que determinam como os indígenas são recebidos em cada cidade e em cada evento. Essas redes, no entanto, sob a coordenação efetiva dos Terena, são ampliadas ou reduzidas, dependendo do contexto político. Mas, como todo espaço de fronteira interétnica e intercultural, não há como controlar as redes pessoais que nesse espaço intercambiam seus saberes e fazeres, por ser esse um espaço que é também de incertezas e desafios cada vez mais complexos. Com isso, como ocorreu nos demais jogos, a rede de sustentação do projeto do evento foi tecida no cotidiano de cada evento, como uma das fases mais relevantes do “grande ritual”, pois este se estabelece pautado nas culturas dos sujeitos que o produzem, indígenas e não indígenas.

Sob a coordenação do ITC, em 2013, os jogos chegam a sua XII edição, em novembro, em Cuiabá-MT. O gestor dos recursos recebidos pelo convênio com o Ministério do Esporte foi o Governo do Estado do Mato Grosso, representado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Inicialmente foram mobilizados muitos parceiros da Prefeitura Municipal, para fornecerem a estrutura do local escolhido pelo ITC para a sua realização, e da Universidade, para contribuir com a construção de legados culturais e acadêmicos. No entanto, as relações de poder e da gestão dos recursos não se consolidaram como pretendido pelos pares, que iniciaram as parcerias com um ano de antecedência, inclusive com muitos professores pesquisadores à disposição, mas que foram “descartados” no final do processo.

Notamos que as redes de relações nem sempre são transparentes e coerentes com as mediações realizadas antecipadamente no processo de preparação desse grande evento. E o interesse político para a organização, em 2015, do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas contribuiu ainda mais para a centralidade do evento com o ITC, ou seja, as parcerias interinstitucionais que poderiam dar, pela

primeira vez, uma contribuição significativa para qualificar com dados sobre as diversas dimensões que pautam a organização de um evento desta natureza foram inviabilizadas.

O que se evidenciou nesse evento, diferentemente dos anteriores, foi a ausência efetiva de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, como um legado a ser construído em diálogo com os organizadores, embora alguns jovens em processo de formação acadêmica tenham se inserido como voluntários nas diferentes funções de apoio à organização e, com isso, tenham levado consigo um banco de dados do que foi vivenciado para análise e discussão sobre os saberes das práticas corporais potencializadas nos espaços de competições e de lazer que o evento proporcionou na Arena e fora dela. Um novo legado desse evento foi o fato de trazer vários representantes indígenas de outros países com o objetivo de discutir e organizar as parcerias necessárias para a realização do evento mundial.

O evento é idealizado pelos organizadores como “um novo enfoque para os temas ambientais, culturais e desportivo-tradicionais”, ou seja, é definido como:

[...] símbolo da afirmação indígena e reconhecido como o maior evento do esporte tradicional indígena, com uma participação média de 1.300 indígenas entre homens e mulheres, 34 povos distintos e um público médio diário de 10 mil pessoas, tem sido um estímulo para a juventude indígena manter suas tradições, reascendendo valores de resgate a autoestima e superando preconceitos no País Megadiverso e Intercultura como o Brasil. (ITC, 2013, p. 2).

¹⁰ O dia 9 de agosto foi escolhido pelos irmãos Terena para o lançamento do evento por ser estabelecido pela ONU como o dia internacional dos Povos Indígenas. Para a ocasião, foi produzido pela UFMT um vídeo que trouxe a história de Cuiabá como antigo território Bororo, evidenciando a proposição de descolonizar a história.

Esse discurso compôs o documento apresentado pelo ITC no dia 9 de agosto¹⁰ de 2013, quando houve o lançamento do “Projeto Básico dos XII Jogos dos Povos Indígenas” em Cuiabá. Esse projeto, inicialmente, previa apresentações cotidianas de danças e jogos tradicionais de cada povo e apresentações culturais de artistas com grupos locais (que não aconteceram). Eram previstos os seguintes espaços para realização dos JPIN: Oca da Sabedoria; Oca Digital; Feira do Artesanato; Arena Jogos Verdes; Oca da Literatura; Feira da Agricultura Tradicional Indígena; e a Adeia Okada (onde seriam alojadas as delegações em 39 casas indígenas). Na “Oca da Sabedoria”, aconteceria o Caucus Indígenas (Fórum Social Indígena) objetivando promover negociações entre os convidados de Marcos Terena, de países como o Peru, Chile, México, Canadá, Argentina, Estados Unidos da América, Equador, entre outros. O resultado dessas negociações permitiu que, no dia 15 de novembro, fosse entregue pelo ITC ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, um documento que legitimasse o ITC para organizar o I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, previsto para ser realizado no ano de 2015.

Com o boicote da Universidade no processo de organização final, a participação efetiva de reuniões de trabalho e de problematização das demandas desse tipo de evento, preocupando-se com o legado para a sociedade mato-grossense, viabilizou um trabalho de pesquisa-ação com a formação de professores e implementação da Lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas do Brasil, em todos os níveis de ensino, com o objetivo de inserir a história e cultura de ao menos um grupo indígena que estaria participando dos jogos e com os quais os alunos das escolas públicas se encontrariam para aprofundarem a aprendizagem. O objetivo do projeto desenvolvido no período de setembro a novembro nas escolas de Cuiabá, Várzea Grande e Poconé (região de Cuiabá) visou a qualificar a participação de alunos da Educação Básica e do Ensino Superior, e proporcionou também nos cursos de Educação Física o trabalho com a temática indígena.

O trabalho pedagógico, realizado com os alunos da Educação Básica de cada escola, após a formação continuada, pontuou a história e a cultura específica de um povo indígena que estaria participando dos JPIN. Os professores contaram com subsídios didáticos e, também, diálogos com indígenas que atuam na educação escolar de Mato Grosso visitando escolas e promovendo a participação qualificada de professores e alunos no evento indígena, como ação efetiva da UFMT na construção desse evento. Esse foi um grande diferencial nesse evento; pois, embora nos demais eventos as escolas fossem levadas para participar dos jogos, somente teriam contato com a realidade indígena durante as apresentações na Arena, e o resultado ficava entre o encantamento e o estranhamento do exótico. Na proposta pedagógica do projeto, o trabalho continuou após o evento. Logo, houve uma mudança na visão das crianças e adolescentes sobre a população indígena brasileira. A formação continuada e apoio às escolas desencadearam o interesse dos professores em cursos de formação sobre os povos indígenas, fundamentados no conhecimento.

O principal problema a ser enfrentado nesse tipo de trabalho é a proposição de práticas que visem a superar concepções românticas ou preconceituosas sobre a população indígena. O sentido dado ao processo de preparação das escolas é a promoção de um encontro com o “Outro”, depois de aprender a vê-lo, para poder ouvi-lo e, aí sim, escrever o que com ele e sobre ele se aprendeu, como recomenda Oliveira (2006). A participação da universidade é sempre uma estratégia reconhecida em todos os eventos; no entanto, as ações objetivaram deixar um legado na cultura dos adolescentes e jovens e mobilizar a educadores locais para a implementação da Lei nº 11.645/08.

Assim, os Jogos Indígenas podem ser, também, um espaço promotor da educação intercultural, não no sentido do reconhecimento de um país plural, como pontuamos anteriormente com Candau (2003), mas no sentido dado por

¹¹ O professor "José Marin Gonzáles" foi um dos convidados da UFMT para palestrar na formação dos professores da rede pública de ensino da grande Cuiabá, mobilizada pelo CEFAPRO/SEDUC, em setembro de 2013.

Gonzáles¹¹ (2003), visto que não basta colocar em contato grupos diferentes; deve-se promover uma educação intencionalmente construída para promover, a partir dos conflitos educativos, situações de reconhecimento do preconceito, da exclusão, dos estereótipos assumidos como verdade, a fim de mudar sentimentos, atitudes e compreensão da realidade vivenciada. Ao questionar "Qué hacer ante estas aberraciones en las sociedades contemporáneas?", o autor responde: "Con la educación, [...] con una que nos permita lograr una plena tomada de conciencia sobre la necesidad, de respetarnos mutuamente en nuestras diferencias y aprovechar, compartiendo, la extraordinaria riqueza de la que es portadora la diversidad cultural" (GONZÁLES, 2003, p. 4).

Segundo Gonzales (2003), podemos afirmar que somente há possibilidades para o diálogo no interior da sociedade que se sabe multicultural, quando esta for intencionalmente capaz de promover uma educação intercultural. Todavia, isso será possível se houver vontade política real e a implantação de uma política educacional intencionalmente eficiente.

Nosso melhor legado, como instituição de ensino superior foi, além de outras ações efetivas realizadas anteriormente ao evento, viabilizar cursos de formação de professores em parceria com os gestores locais, mobilizando atores sociais que pudessem continuar o diálogo intercultural para além do evento em si. Os alunos e professores que visitaram o evento levaram consigo inúmeras experiências nas quais nos pautaremos para, juntos, construirmos proposições educativas que possam ampliar as experiências dos adolescentes e jovens mato-grossenses para práticas corporais esportivas e de lazer que tenham referência nas culturas dos povos indígenas com os quais interagiram nos jogos. Na Arena, várias pessoas vivenciaram nas práticas corporais tradicionais os jogos tradicionais de povos indígenas como um intercâmbio intercultural. O jogo vivenciado de forma lúdica transformou o espaço de lazer da visita aos JPIN em um espaço de educação intercultural, no jogar com Pareci, Kuikuro etc.

Compreendemos que, embora nesse evento não tenha sido possível avançar nas proposições previstas como parceria interceptada, as pesquisas sobre os eventos de esporte e lazer podem ser uma das mediações políticas significativas que contribuam para a qualificação do próprio evento, como registro e avaliação, além da sustentação de formação que os textos acadêmicos dão para a participação qualificada dos voluntários.

Vários voluntários que estavam participando das equipes de organização das atividades práticas nos jogos são profissionais da Educação Física e indígenas que dialogam com os textos acadêmicos que produzimos durante e posteriormente aos eventos. Esses textos estão pautados nas observações e nos diálogos com os indígenas, com os organizadores e com os que participaram como

público desse espetáculo de culturas. Os jogos que são jogados e vivenciados nos JPIN permitem qualitativamente aprendizagens para superação de visões preconceituosas e excludentes.

Os voluntários não indígenas, em sua maioria, são pessoas sensibilizadas pelos textos produzidos pelos interlocutores acadêmicos e, embora não tenham poder político de articulação em seus estados e instituições, individualmente se disponibilizam e vão dando suporte técnico e afetivo para a realização do evento.

Com isso, para melhor compreender as relações entre o planejado e o acontecido, há que se considerar toda a dinâmica das relações entre os indígenas e entre os gestores e empresários que são agregados no processo de viabilização do evento, assim como a relação estabelecida entre os próprios indígenas e destes com os pesquisadores e solidários às causas indígenas que agregam força ao movimento dos jogos, mesmo quando não têm o devido reconhecimento dos organizadores, pois, para além do evento, o registro respeitoso e responsável de uma ação com dimensões interétnicas e interculturais como essa se amplia.

O que identificamos, ao analisar o processo histórico de produção desse evento, é que este se estrutura como um processo contínuo de aprendizagem que passa por negociações políticas e de gestão que envolvem sempre diferentes atores sociais e diferentes relações/formas de poder, as quais nem sempre são democráticas ou justas para todos os envolvidos.

A autonomia indígena vai sendo gestada de forma diferenciada em cada edição dos jogos, pois passa pelas negociações do local com políticos do estado e do município, com os interlocutores que se envolveram em eventos anteriores, com os interesses governamentais em nível federal, entre outras mediações. Embora essa parte de negociação política, com os governos e poderes macro, seja estabelecida mais por Marcos Terena, como representante político que tem visibilidade internacional, outras negociações internas com os povos indígenas também estão presentes, sob a coordenação de Carlos Terena. Mas, ainda não se evidencia nesses jogos um maior envolvimento nas instâncias de decisões e deliberações no processo de organização de outros representantes indígenas, ainda que, no ano de 2013, tenha sido mais expressiva a participação destes nas comissões organizadoras.

Como afirmam os organizadores, cada edição dos jogos é única, pois começa com as negociações com os indígenas que vão participar do evento. Há contatos iniciais, análise das situações em que se encontram como povo, identificação de aspectos culturais que podem apresentar e representar bem os Povos Indígenas na Arena¹² do evento, segurança com o representante que, na aldeia, possa ter liderança e garantir a organização coletiva para se prepararem com ornamentos e práticas corporais que possam “fazer bonito” junto com outros povos, entre outros fatores

¹² A Arena é o local onde se realizam diariamente as atividades marcadas pela diversidade étnica e cultural dos participantes indígenas durante a realização dos Jogos dos Povos Indígenas. É um espaço construído em forma circular, na dimensão de um campo de futebol, cujo terreno é preparado com areia e cercado por arquibancadas, onde o público que vai assistir aos Jogos Indígenas pode presenciar desde a cerimônia de acender a “Pira Olímpica” (ritualizada e organizada com cuidado por Carlos Terena), a cerimônia de abertura oficial (no primeiro dia do evento, em que são apresentados na Arena todos os povos indígenas convidados, que entram em formações com seus cantos e danças, ornamentados e identificados pelo locutor e pelos organizadores do ITC), as atividades diárias com as práticas “corporais tradicionais” competitivas (arco e flecha, cabo de força e outras), e práticas corporais de apresentação étnica (cada povo tem jogos, lutas e danças, que são apresentados como expressão de sua cultura específica e os diferencia como povo).



considerados fundamentais para que não ocorram desarmonias nos momentos de “celebração” festiva. Esse espaço – que pode apresentar-se, inclusive, como um palco de espetáculo que folcloriza práticas corporais tradicionais –, também é um palco de muitas experiências lúdicas e de prazer entre os indígenas de diferentes contextos históricos e culturais distintos.

Nos jogos de 2013, o mais comum eram os registros fotográficos que indígenas faziam de seus “parentes”, as trocas de artesanatos para levar de presente para os que ficaram nas suas comunidades, entre outras surpreendentes manifestações de trocas e alegrias que superam as inúmeras limitações da organização – que deveria assegurar aos participantes boa hospedagem e espaço físico adequado para suas práticas corporais, para um atendimento digno dos indígenas quanto à saúde, alimentação e água –, entre outros desgastes e sacrifícios aos quais foram submetidos nos oito dias do evento.

Esses jogos, a partir desta compreensão, como afirmamos, tornam-se um espaço de “fronteira étnica e intercultural” muito significativo, visto que articulam trocas de conhecimentos em contextos interculturais; no entanto, não sem relações permeadas por incompreensões e delimitações identitárias. Esse espaço estranho ao contexto da cultura tradicional indígena é um espaço organizado pela lógica urbana, com regras de competições não indígenas. Todavia, nele se estabelecem intercâmbios entre indígenas e não indígenas que são permeados por conflitos entre formas diferentes de ver, sentir e ser indígena e não indígena.

UM PONTO EM UM DIÁLOGO ABERTO

Durante as apresentações das práticas corporais na Arena dos jogos, evidencia-se um espetáculo da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas do Brasil que resulta de uma teia de relações estabelecidas por Carlos e Marcos Terena, que, entre um evento e outro, articulam e avaliam as condições de cada grupo étnico no momento do evento para, então, definirem quem será convidado. Essa dinâmica é dividida, durante o evento, com outros poucos representantes e lideranças indígenas que, juntos, garantem o equilíbrio entre os participantes no sentido integrá-los em suas diferentes formas de ser e viver no país e cujos corpos ornamentados dão visibilidade ao entrarem no jogo da Arena.

Os JPIN, como espaço de “fronteira intercultural e interétnica”, também põem em relação os sentidos que temos sobre as relações que colocam na fronteira o esporte e o lazer.

Sendo o esporte compreendido como uma língua comum entre os diversos povos indígenas, será que este, ao ser apropriado, não pode ser também apropriado como diálogo dos tempos e espaços de lazer?

Os jogos tradicionais de cada povo, ao serem vivenciados nos JPIN, não poderiam ser vivenciados sem a

lógica da competição esportiva para potencializar a ludicidade neles presente e promover um espaço de educação intercultural cujo princípio está no lazer e não no esporte competitivo?

Qual será o caráter desse novo evento que está sendo construído pelos Terena? Uma “Olimpíada Indígena”, onde se colocam em relação competitiva diferentes povos indígenas que vivem em continentes e países diferentes, para que os mais preparados fisicamente se consagrem como campeões olímpicos mundiais?

Enfim, os Jogos Indígenas seguem. Espera-se, no entanto, que possam subsidiar a ampliação de espaços de esporte e lazer para todos os grupos étnicos do país. Afinal, por mais que um evento possa promover mudanças na formação das pessoas envolvidas, aos indígenas cabe ainda o acesso aos direitos constitucionais que devem atender cada povo a partir de sua própria realidade histórica, socioeconômica e cultural.

No evento, é ampliada a possibilidade do “jogo” de conhecer o Outro e dar-se a conhecer por ele; nele se estabelecem possibilidades significativas entre os próprios indígenas na fronteira de “parentes” e não indígenas. Nesta “fronteira interétnica e intercultural”, aprende-se sobre si mesmo, sobre mediações, interações e contatos com a sociedade brasileira que, em cada contexto urbano, como evidenciado nas cidades onde o evento já aconteceu, criam novas dinâmicas e relações para o próprio evento esportivo.

Com isso, é explicitado nesse evento, diferentemente do que vê em outros jogos, um possível *modus operandi* que se contrapõe ao movimento de organização e visibilidade de uma realidade diversa, a qual convive com a cultura preconceituosa e excludente presente na sociedade brasileira. Esta continua se evidenciando quando os indígenas buscam acessar os direitos constitucionais aos territórios, à saúde e à digna alimentação, à educação e a suas formas de ensinar e aprender, à cultura e aos rituais que os constitui como pessoa, e ao esporte e ao lazer, como todo cidadão brasileiro.

Ademais, a questão da terra ocupada por não indígenas e dos territórios indígenas é uma das temáticas que poderiam permear as discussões nos e dos jogos, entre outros temas, como o dos direitos ao esporte e ao lazer, a questão da alimentação etc.. Essas questões geralmente não são evidenciadas e discutidas nos espaços dos jogos, mas isso não significa que os indígenas que deles participam se silenciam diante de direitos que são negados.

A luta pelos territórios tradicionais que permitem a manutenção das práticas corporais tradicionais e as ornamentações que maravilham os visitantes nos Jogos dos Povos Indígenas é, assim, uma das principais frentes que precisam ser mais bem compreendidas pelos que se envolvem com um evento esportivo na perspectiva indígena. Como ocorre em Mato Grosso, que atualmente tem 42 povos indígenas reconhecidos (fora os que negam o “contato”), há,

portanto, muito a se fazer para transformar uma realidade que se sustenta em uma cultura preconceituosa e elitista que mantém a luta injusta das investidas contra os territórios indígenas com o discurso de que há “muita terra para pouco índio”.

Esperamos que, no campo da Educação Física e das Ciências do Esporte, possam os educadores compreender a relevância de um trabalho sobre e com os povos indígenas para contribuir com a formação de pessoas capazes de superar a cultura preconceituosa que alimenta o capitalismo atual. A Lei nº 11.645/08 pode ser um primeiro passo para a formação cidadã, por abrir espaços para uma Educação Intercultural, lembrando que essa educação não se faz pelo contato, necessariamente; ao contrário, este pode, inclusive, reforçar relações preconceituosas e de poder.

Ao promovermos Educação Intercultural na escola, educamos pessoas que, no futuro, possam ser parceiras na luta por ações mais efetivas que garantam aos indígenas seus direitos constitucionais, sejam eles à saúde, à educação, à demanda da organização territorial, ao esporte e ao lazer, à cultura específica e diferenciada.

Com isso, a “fronteira” se estabelece nos eventos aqui pontuados e as aprendizagens são potencializadas de forma complexa; visto que o aprender se estabelecerá se o desejo de conhecer o Outro superar o egocentrismo e o etnocentrismo que nos constitui como indivíduos de nossa sociedade, pois as práticas corporais vivenciadas nos Jogos dos Povos Indígenas superam a visão do esporte e das competições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htmhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013.

_____. Lei nº 11.645, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 19 nov. 2013.

_____. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 1973. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htmhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013.

CANDAU, V. M. Educação Intercultural no contexto brasileiro: questões e desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2003. 1 CD-ROM. p. 1-7.

FERREIRA, M. B. R.. Jogos dos Povos Indígenas: diversidades. **O público e o privado** - Nº 16 - Julho/Dezembro – 2010, p.65-80.

GONZÁLES, J. M. Las “razas” biogenéticamente, no existen, pero el racismo sí, como ideología. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 9, p. 107-113, maio/ago. 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO; SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Informativo de Saúde** – Nº02. XII Jogos dos Povos Indígenas – 2013.

GRANDO, B. S. **Corpo e educação**: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri. 2004. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2004.

ITC. Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena. **Apresentação Projeto Básico** – XII Jogos dos Povos Indígenas. Brasília: ITC-SEEL/ME, Mato Grosso, 2013. 17p (mimeo).

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. UNIC: Rio de Janeiro, mar. 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2013

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

PINTO, L. M. S. M.; GRANDO, B. S. (Org.). **Brincar, Jogar, Viver**: IX Jogos dos Povos Indígenas. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

TERENA, C. J. Brincar, jogar e viver indígena: a memória do sonho realizado. In: PINTO, L. M. S. M; GRANDO, B. S. (orgs.). **Brincar, Jogar, Viver**: IX Jogos dos Povos Indígenas. Cuiabá: Central de Texto, 2009. (20-23).

TERENA, C. J. Entrevista. In: CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B., VON SIMSON, O.R.M. **Jogo, celebração, memória e identidade**. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos

Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, p. 15-19.

VÁZQUEZ, M. H.; et alli. **Jogos Interculturais Indígenas**. 2009. Disponível em: http://museodeljuego.org/wp-content/uploads/contenidos_000000974_docu1.pdf Acesso em dezembro de 2014. (44p.).